



REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

ISSN 2176-9036

Vol. 7. n. 1, jan./jun. 2015

Sítios: <http://www.periodicos.ufrn.br/ambiente>

<http://www.ojs.ccsa.ufrn.br/index.php/contabil>

<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/Ambiente>

Artigo recebido em: 04.09.2014. Revisado por pares em: 29.09.2014. Reformulado em: 18.10.2014. Avaliado pelo sistema double blind review.

RELATO DE SUSTENTABILIDADE DE EMPRESAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL EM PORTUGAL E ESPANHA

SUSTAINABILITY REPORT OF CONSTRUCTION COMPANIES IN PORTUGAL AND SPAIN

INFORME DE SOSTENIBILIDAD DE CONSTRUCTORAS EN PORTUGAL Y ESPAÑA

Autoras

Dina da Costa Caetano

Mestranda em Finanças Empresariais - Escola Superior de Tecnologia e Gestão - Instituto Politécnico de Leiria (ESTG - IPL) - Campus 2 – Endereço: Morro do Lena - Alto Vieiro - Apartado 4163 2411-901 LEIRIA – PORTUGAL - Telef.: (+351) 244 820 300
E-mail: dc_caetano@hotmail.com

Teresa Cristina Pereira Eugénio

Professora Adjunta - Departamento de Gestão e Economia - Escola Superior de Tecnologia e Gestão - Instituto Politécnico de Leiria (ESTG - IPL) - Campus 2 – Endereço: Morro do Lena - Alto Vieiro - Apartado 4163 2411-901 LEIRIA – PORTUGAL - Telef.: (+351) 244 820 300
E-mail: teresa.eugenio@ipleiria.pt

RESUMO

O relatório de sustentabilidade é a prática de medir e divulgar através de um relatório, o desempenho económico, social e ambiental de uma organização empresarial. O processo de divulgação é voluntário, no entanto verifica-se um gradual crescimento na divulgação desta informação. Este estudo pretende caracterizar as práticas de divulgação de sustentabilidade no setor da construção civil em Portugal e em Espanha referente aos anos de 2009 a 2011 que efetuem relatório de sustentabilidade de acordo com a estrutura de divulgação da *Global Reporting Initiative*. Para recolha dos dados necessários ao estudo utilizou-se a análise de conteúdo. Analisou-se então, os relatórios e contas e relatórios de sustentabilidade da população em estudo.

Palavras-chave: Relatório de Sustentabilidade. Divulgação. GRI.

ABSTRACT

Sustainability reporting is the practice of measuring and disclosing in a report, economic, social and environmental performance of a business organization. The disclosure process is voluntary, however there is a gradual increase in disclosure. This study aims to characterize the disclosure practices of sustainability in the construction sector in Portugal and Spain for the years 2009 to 2011 them to conduct a sustainability report in accordance with the disclosure framework of the *Global Reporting Initiative*. To collect the data necessary to study used content analysis. We analyzed the reports and sustainability reports and accounts of the study population.

Keywords: Sustainability Report. Disclosure. GRI.

RESUMEN

Los informes de sostenibilidad es la práctica de medir y revelar en un informe, el desempeño económico, social y ambiental de una organización empresarial. El proceso de divulgación es voluntaria, sin embargo hay un aumento gradual de la divulgación. Este estudio tiene como objetivo caracterizar las prácticas de divulgación de la sostenibilidad en el sector de la construcción en Portugal y España para los años 2009 a 2011 que llevan a cabo un informe de sostenibilidad de acuerdo con el marco de la divulgación de la *Global Reporting Initiative*. Para recoger los datos necesarios para el estudio de análisis de contenido utilizado. Se analizaron los informes y memorias de sostenibilidad y cuentas de la población de estudio.

Palabras clave: Informe sostenibilidad. Divulgación. GRI.

1 INTRODUÇÃO

Planeamento financeiro, controle de qualidade satisfatório e relatórios financeiros são componentes essenciais para o sucesso de uma organização em longo prazo. No entanto, os relatórios financeiros apresentam apenas um quadro parcial da “saúde” de uma organização e o seu potencial futuro. Uma organização que avalie o seu desempenho, baseado principalmente, em critérios financeiros corre o risco de subestimar a contribuição de fatores não financeiros na medida em que afetam a sustentabilidade de uma organização em longo prazo.

A responsabilidade social das empresas e a sua comunicação, nomeadamente através da divulgação de sustentabilidade, têm recebido uma atenção crescente, quer por parte de empresas quer por parte de outro tipo de organizações nacionais e internacionais. Por um lado, tem-se verificado um interesse crescente por parte das empresas em instrumentos com ela relacionada, principalmente com os relatórios de sustentabilidade (KPMG, 2008).

A *Global Reporting Initiative* (GRI) define relatórios de sustentabilidade como "a prática de medir, divulgar e prestar contas para *stakeholders* internos e externos para o desempenho organizacional com o objetivo do desenvolvimento sustentável" (GRI, 2006, p. 3). O GRI é uma de várias organizações internacionais que foi desenvolvida, como parte do Sistema Integrado do *Internacional Reporting Committee* (IIRC). O objetivo do IIRC é apoiar o desenvolvimento de uma nova abordagem para a contabilidade e relatórios: relatórios que forneçam uma visão integrada de uma organização, incluindo aspetos ambientais e sociais.

A importância e atualidade do tema e a oportunidade de explorar esta temática em países como Portugal e Espanha, países pertencentes á comunidade europeia, países vizinhos e com significativas relações empresariais foram as principais razões que motivaram a

elaboração do presente estudo sobre as práticas de divulgação de sustentabilidade no setor da construção civil. O setor da construção civil é um dos muitos setores que adotam práticas de responsabilidade social, de acordo com GRI (2011) este é o quinto maior setor em nível global a contribuir para a divulgação de relatórios de sustentabilidade.

Pretende-se caracterizar as práticas de divulgação de sustentabilidade no setor da construção civil em Portugal e em Espanha tendo sido definidos os seguintes objetivos: 1) Verificar as práticas de divulgação das empresas do setor da construção civil em Portugal; 2) Verificar as práticas de divulgação das empresas do setor da construção civil em Espanha; 3) Analisar se as empresas recorrem à verificação externa; 4) Verificar qual o nível de aplicação da GRI; 5) Analisar se as empresas divulgam total ou parcialmente a informação recomendada pela GRI. Para obter resposta aos objetivos propostos recorreu-se à análise de conteúdo de uma amostra de 30 relatórios e contas e relatórios de sustentabilidade referentes aos anos de 2009 a 2011, referentes a sete empresas portuguesas e três empresas espanholas constantes da base de dados cedida pela GRI respetivamente, e com relatório de sustentabilidade de acordo com as normas GRI.

Este estudo encontra-se dividido em cinco capítulos: o primeiro capítulo apresenta uma introdução. No segundo capítulo é apresentada uma breve revisão de literatura sobre a divulgação de relatórios de sustentabilidade. O capítulo três apresenta a metodologia e desenho da investigação. No capítulo quarto é apresentada a análise e discussão dos resultados obtidos e por último, no capítulo cinco são apresentadas as principais conclusões do estudo, limitações e sugestões para investigações futuras.

2 ENQUADRAMENTO TEÓRICO

A Contabilidade acrescentou um novo desafio teórico e a responsabilidade de captar e divulgar adequadamente informação, podendo-se identificar um novo marco conceptual a que já se chama Contabilidade para o Desenvolvimento Sustentável (BEBBINGTON, 2001). A responsabilidade social das empresas é, essencialmente, um conceito segundo o qual as empresas decidem, numa base voluntária, contribuir para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais limpo (LIVRO VERDE, 2001).

De acordo com o relatório publicado pela KPMG (2008), no qual foram analisadas mais de 2200 das maiores empresas do mundo, através da seleção das 250 maiores empresas do *Global Fortune 500* (G250) e das 100 maiores empresas de 22 países (N100), a divulgação de informação sobre responsabilidade social tem aumentado de forma gradual e contínua. Em 2008, 79 % das empresas G250 e 45% das N100 publicaram relatórios autónomos, enquanto em 2005 apenas 52% e 33%, respetivamente, o haviam feito.

Os temas da sustentabilidade que são atualmente tão discutidos podem ser encontrados já nas referências de economistas tão conhecidos como Malthus, Mill e Ricardo nos séculos XVIII e XIX. Eles são na realidade referidos como dos primeiros autores a identificar a importância dos recursos naturais para o desenvolvimento económico. A atenção destes autores estava focalizada no problema da escassez de comida, e na capacidade dos recursos naturais através da terra, serem capazes de satisfazer as necessidades da população. Um tema novamente atual no início do século XXI (SUSTENTARE, 2008).

Atender às necessidades da geração atual sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer as suas próprias necessidades. Esta definição sobre desenvolvimento sustentável é certamente das definições mais difundidas em todo o mundo, encontrando-se referenciada em vasta literatura. Publicada pela primeira vez no relatório intitulado *Nosso Futuro Comum*, elaborado pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas publicado em 1987, em poucas

palavras, desperta a sociedade para não utilizar os recursos naturais de forma predatória, sem pensar no legado a ser deixado.

Desde então, acelera-se o entendimento e a percepção para as questões sócio ambientais, deixando de ser apenas uma questão técnica ou política, mas sendo também uma preocupação dos cidadãos e afetando a missão das empresas (que vai para além da geração do lucro e da remuneração do capital dos acionistas).

Diversas abordagens teóricas têm sido utilizadas para explicar a divulgação voluntária de informação ambiental e social, tais como: a teoria da legitimidade, uma das teorias mais utilizadas no estudo da divulgação de matérias sociais e ambientais pelas empresas, ver por exemplo Deegan (2002); Eugénio, Lourenço e Morais (2013); Patten e Crampton (2004); Suchman (1995); a teoria dos *stakeholders*; a teoria institucional; a teoria da economia política e a teoria cultural.

2.1 DIVULGAR A SUSTENTABILIDADE

Uma vez reconhecida a responsabilidade social que as empresas devem assumir, torna-se então necessário realçar a importância de divulgar essa mesma informação, para que esta esteja disponível aos *stakeholders*. A maioria dos estudos empíricos sobre a divulgação de responsabilidade social (*Social Responsibility Disclosure*) incidiu sobre o relatório anual, que é considerado como a ferramenta mais importante utilizada pelas empresas para se comunicar com as partes interessadas (NEU; WARSAME; PEDWELL, 1998). No entanto, a Internet tornou-se um importante meio através do qual as empresas podem divulgar informações de diferentes naturezas, e assim alguns estudos recentes têm analisado páginas da *web* como um meio de divulgação de responsabilidade social (PATTEN; CRAMPTON, 2004). Explorar as páginas *web* das empresas é agora tão essencial como explorar os relatórios anuais para compreender as práticas de divulgação de responsabilidade social.

O estudo da KPMG (2010), tendo como base a realização de um inquérito *on-line* dirigido a 51 empresas cotadas na Euronext Lisboa, que decorreu entre os meses de setembro e novembro de 2010 das quais responderam ao questionário 24 empresas (56% da amostra), elencou os cinco principais benefícios e dificuldades na divulgação da sustentabilidade. Principais benefícios: Melhoria do desempenho operacional e de gestão; Melhoria da reputação; Melhoria do diálogo com *stakeholders*; Melhoria na abordagem ao risco; e Melhoria da imagem junto das comunidades. As principais dificuldades apontadas foram: Gestão fragmentada dos temas da sustentabilidade; Dispersão geográfica/diversidade de negócios; Necessidade adicional de recursos humanos; Necessidade adicional de recursos financeiros; e Dificuldade na determinação do risco e impacto das alterações climáticas no negócio.

O desenvolvimento sustentável e a responsabilidade social das empresas parecem ser reconhecidos por um número crescente de investidores, que consideram a liderança responsável como um indicador de performance em longo prazo.

No quadro 1 podemos encontrar a referência a alguns estudos relacionados com a divulgação da sustentabilidade, nomeadamente a metodologia seguida e principais conclusões dos autores.

Quadro 1 - Estudos relacionados com a temática da divulgação da sustentabilidade

Autor(es)	Metodologia	Conclusões
Branco e Rodrigues (2008)	Este estudo analisa alguns fatores que influenciam a Divulgação de Responsabilidade Social por uma amostra de empresas listadas na Euronext - Lisboa, utilizando um referencial teórico que combina a teoria da legitimidade e uma perspectiva baseada em recursos.	<ul style="list-style-type: none"> - Empresas portuguesas atribuem maior importância a relatórios anuais como meio de divulgação do que à divulgação na Internet. - Empresas com maior visibilidade demonstram maior preocupação em melhorar a sua imagem corporativa através SRD, tanto na Internet como nos relatórios anuais. - Setores com uma visibilidade maior para os consumidores, demonstram uma maior preocupação para atividades de envolvimento na comunidade e de divulgação.
Jiménez <i>et al.</i> (2008)	A amostra é composta pelas contas anuais consolidadas das empresas cotadas no índice geral da Bolsa de Madrid (IGBM - General Index of the Madrid Stock Exchange) entre 2001 a 2003. A metodologia seguida foi a análise de conteúdo.	<ul style="list-style-type: none"> - Considerável nível de não-conformidade e alguns problemas associados à divulgação voluntária. - Relatório é usado para influenciar a impressão pública do desempenho ambiental da empresa, reportando uma boa notícia, em vez de más notícias, gerindo assim a divulgação a ser divulgada.
Conceição <i>et al.</i> (2012)	Estudo exploratório sobre a prática de evidenciação em sustentabilidade empresarial em companhias do Brasil e demais países da América Latina. O estudo ocorre entre 1999 a 2010 e segue os pressupostos teóricos da teoria da divulgação voluntária e da teoria de legitimidade.	<ul style="list-style-type: none"> - O processo de divulgação de sustentabilidade empresarial tem apresentado crescimento significativo, caracterizando-os como contexto propício à aderência dos pressupostos teóricos da teoria da legitimidade. - A Europa, Ásia e América Latina têm-se destacado no esforço de adaptação de práticas de divulgação de sustentabilidade empresarial ao longo do período de 1999 a 2010, especialmente a partir dos primeiros anos do século XXI, sendo as empresas de média e grande dimensão as maiores responsáveis pela comunicação do desempenho em sustentabilidade empresarial.
Dias (2009)	Aplicou como metodologia a análise de conteúdo, seguindo o modelo do GRI (2001). Analisou-se a quantidade e qualidade das informações empresariais divulgadas por uma amostra de 49 empresas (de diversos setores de actividade) cotadas no Mercado de Cotações Oficiais da Euronext Lisboa no exercício de 2005.	<ul style="list-style-type: none"> - A divulgação empresarial da sustentabilidade não é uma prioridade para os decisores das empresas. - Apenas 45% das empresas não divulgam voluntariamente informação relacionada com a sustentabilidade empresarial. - Alguns relatórios apresentam poucos ou nenhuns indicadores numéricos, o que indicia que são produzidos mais como instrumento de marketing do que como reflexo de um verdadeiro compromisso para com a responsabilidade social.
Pinheiro <i>et al.</i> (2013)	A população em estudo é constituída pelas entidades cotadas no PSI 20 e IBEX 35 que divulgam informação ambiental de acordo com o GRI, a amostra em 2010 foi de 41 empresas e em 2011 de 42 empresas. A metodologia seguida foi a análise de conteúdo.	<ul style="list-style-type: none"> - Existe um número bastante superior de empresas pertencentes ao IBEX35 que utilizam o modelo GRI, quando comparado com as empresas pertencentes ao PSI20. - No PSI20 existe um maior nível de divulgação em 2010 do que em 2011. - Nas empresas pertencentes ao IBEX35 não houve diferenças significativas em 2011 face a 2010 em termos de divulgação. - Não se verificou qualquer relação significativa com os fatores explicativos definidos: rendibilidade dos capitais próprios, dimensão e existência (inexistência) de certificação ambiental.

Fonte: Elaborado pelos próprios autores.

2.2 ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Segundo o GRI (2006, p.4), “elaborar relatórios de sustentabilidade consiste na prática de medir, divulgar e prestar contas, às várias partes interessadas, sobre o desempenho das organizações, visando atingir o objetivo do desenvolvimento sustentável”. A expressão “elaboração de relatórios de sustentabilidade” é abrangente, e considerado sinónimo de outros termos e expressões utilizados para descrever a comunicação dos impactos económicos, ambientais e sociais, i.e., *triple-bottom line*, relatórios de responsabilidade corporativa, etc.. Um relatório de sustentabilidade deve fornecer uma declaração equilibrada e razoável do desempenho de sustentabilidade da organização nele representado, incluindo tanto as contribuições positivas, como as negativas (GRI, 2006).

O objetivo é que o relatório de sustentabilidade transmita de forma transparente os valores e princípios corporativos, as práticas de gestão e o desempenho da organização. Assim, este tipo de documento deve oferecer uma descrição equilibrada e sensata do desempenho das organizações.

O processo de divulgação é voluntário, e as organizações podem elaborar o seu próprio modelo de relatório de sustentabilidade ou optar por algum já conhecido e utilizado. Existem vários modelos disponíveis, atualmente o modelo de relatório com maior credibilidade no cenário internacional é o da GRI, que publica diretrizes para elaboração de relatórios de sustentabilidade (BROWN; DE JONG; LESSIDRENSKA, 2009).

O GRI procura estabelecer um padrão internacional de relatório económico, social e ambiental. O modelo determina princípios e estrutura para o relatório, permitindo às organizações a apresentação geral do seu desempenho económico, social e ambiental. Proporciona a comparação com o mercado, já que estabelece padrões (indicadores) e ainda serve como uma plataforma para facilitar o diálogo e o envolvimento de *stakeholders*. Além das diretrizes globais, o GRI desenvolve diretrizes setoriais e, no futuro, pensa lançar diretrizes nacionais (EUGÉNIO, 2011).

O GRI desenvolveu diretrizes para a elaboração de relatório de sustentabilidade, são linhas de orientação para a elaboração dos relatórios, tendo em vista a divulgação de “resultados obtidos dentro do período relatado, no contexto dos compromissos, da estratégia e da forma de gestão da organização” (GRI, 2006, p.4).

O processo avaliativo do relatório GRI é baseado na autoavaliação, considerando o nível de utilização das estruturas das diretrizes, aplicado nos relatórios de sustentabilidade das empresas. Existem três níveis de aplicação que são representados por letras: A (nível experiente), B (nível intermédio) e C (nível principiante), que podem conter uma condição diferenciada (A+, B+ e C+), dependendo de terem sido ratificados através de procedimentos de verificação externa (auditoria) (GRI, 2006). Vários estudos se têm debruçado sobre esta questão da verificação ou *assurance* aos relatórios de sustentabilidade como Manetti e Becatti (2008); Eugénio e Gomes (2013) e Branco *et al.* (2013).

Uma organização auto declara um determinado nível, com base na sua própria avaliação do conteúdo do relatório, quando comparado com os critérios dos níveis de aplicação da GRI. Para além da auto declaração, os responsáveis podem escolher entre solicitar que uma entidade externa de avaliação forneça uma opinião acerca da sua auto declaração e/ou solicitar que o GRI a examine (GRI, 2006).

A credibilidade dos relatórios de sustentabilidade é essencial para que a respetiva divulgação mereça a confiança dos seus utilizadores. Para tal, os relatórios e o inerente processo de elaboração devem ser verificados por auditores que cumpram requisitos essenciais como: independência, capacidade de discernimento relativamente aos interesses das partes envolvidas, não envolvimento nos sistemas internos nem na preparação do relatório de sustentabilidade, competência e experiência profissional para executar as verificações

necessárias (diretamente, ou através da utilização do trabalho efetuado e relatado por peritos em matérias específicas).

3 METODOLOGIA E DESENHO DA INVESTIGAÇÃO

Analisou-se os relatórios de sustentabilidade das empresas portuguesas do setor da construção civil e das empresas espanholas do mesmo setor incluídas na base de dados, cedida pela GRI em 2012.

Numa primeira fase, foram consideradas para a população em estudo todas as empresas portuguesas e espanholas do setor da construção civil incluídas na base de dados da GRI, sendo o universo de 21 empresas. Numa segunda fase, definiu-se como condição que as empresas que constituem a amostra divulgassem relatório de sustentabilidade simultaneamente nos três anos em análise, ou seja, 2009, 2010 e 2011. Recorrendo à base de dados do GRI e páginas *web* das empresas, foram selecionadas apenas 10 empresas, três empresas portuguesas e sete empresas espanholas. Totalizando 30 relatórios (nos três anos em estudo) (Quadro2).

Quadro 2 - Detalhes das empresas que constituem a amostra (análise de conteúdo)

Nome	Dimensão	Sector	País	Status País	Região
Acciona	Grande Empresa	Construção Civil	Espanha	OCDE	Europa
ADIF	Grande Empresa	Construção Civil	Espanha	OCDE	Europa
Fomento de Construcciones Y Contratas (FCC)	Grande Empresa	Construção Civil	Espanha	OCDE	Europa
Grupo ACS	Grande Empresa	Construção Civil	Espanha	OCDE	Europa
Grupo Soares da Costa (SGPS)	Grande Empresa	Construção Civil	Portugal	OCDE	Europa
Grupo TRAGSA	Grande Empresa	Construção Civil	Espanha	OCDE	Europa
Javierre S.L.	Média Empresa	Construção Civil	Espanha	OCDE	Europa
Mota-Engil SGPS	Grande Empresa	Construção Civil	Portugal	OCDE	Europa
OHL Group	Grande Empresa	Construção Civil	Espanha	OCDE	Europa
SOMAGUE Engenharia	Grande Empresa	Construção Civil	Portugal	OCDE	Europa

Fonte: Elaborado pelos próprios autores.

Para selecionar a informação de sustentabilidade divulgada pelas empresas que constituem a amostra analisou-se os relatórios de sustentabilidade e relatórios e contas disponíveis na internet em qualquer formato para *download*, de acordo com outros estudos como DIAS (2009). Esta opção, fundamenta-se igualmente no estudo da KPMG (2006) onde consta que 61% das empresas inquiridas produziram relatórios autónomos, para divulgarem informação sobre sustentabilidade, 31% divulgaram informação no relatório e contas e 8% divulgaram informação exclusivamente no seu *website*.

O tratamento dos dados foi realizado por meio do *Software Microsoft Office Excel* 2010.

Com o objetivo de analisar a informação recolhida nos relatórios de sustentabilidade das empresas que constituem a amostra utilizou-se a metodologia aplicada com mais frequência na investigação empírica em Contabilidade Social e Ambiental a análise de conteúdo (DIAS, 2009; BRANCO e RODRIGUES, 2008; JIMÉNEZ *et al.*, 2008).

A análise dos relatórios de sustentabilidade foi realizada em todo o documento, correspondendo assim à análise integral dos trinta relatórios. As categorias foram selecionadas com base em trabalhos realizados sobre relatórios de sustentabilidade em organizações, nomeadamente o estudo de Dias (2009) e da GRI (2006). A informação foi classificada em categorias, tendo por base o modelo da GRI, uma vez que é o modelo com maior utilização internacional, e encontram-se esquematizados no quadro seguinte, com os respetivos critérios utilizados na análise.

Quadro 3 - Categorias (utilizadas na análise de conteúdo) e Conteúdo

Categorias	Conteúdo
Estratégia e Análise	De acordo com o Ponto 1 das Diretrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade Modelo GRI - G3: - Declaração da visão e da estratégia da organização no que se refere à sua contribuição para o desenvolvimento sustentável. - Declaração da pessoa com maior poder de decisão na organização, com descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades relacionados com a sustentabilidade.
Perfil Organizacional	De acordo com o Ponto 2 das Diretrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade Modelo GRI - G3, dividido: - Perfil Organizacional: 2.1 a 2.9
Parâmetros para o Relatório	De acordo com o Ponto 3 das Diretrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade Modelo GRI - G3, dividido: - Perfil do Relatório: 3.1 a 3.4 - Âmbito e Limites de Enquadramento do Relatório: 3.5 a 3.11 - Sumário do Conteúdo da GRI: 3.12 - Verificação: 3.13
Governança, Compromissos e Envolvimento	De acordo com o Ponto 4 das Diretrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade Modelo GRI - G3, dividido: - Governança: 4.1 a 4.10 - Compromissos com Iniciativas Externas: 4.11 a 4.13 - Envolvimento das Partes Interessadas: 4.14 a 4.17
Indicadores Desempenho	De acordo com o Ponto 5 das Diretrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade Modelo GRI - G3, dividido: - Indicadores de Desempenho Económico: EC1 a EC9 - Indicadores de Desempenho Ambiental: EN1 a EN30 - Indicadores Sociais, divididos: - Práticas Laborais e Trabalho Condigno: LA1 a LA 14 - Direitos Humanos: HR1 a HR9 - Sociedade: SO1 a SO8 - Responsabilidade pelo Produto: PR1 a PR9

Fonte: Elaborado pelos próprios autores.

Os indicadores são apresentados da seguinte forma: indicadores de Desempenho Económico (*DE*), Desempenho Ambiental (*DA*), Práticas Laborais (*PL*), de Direitos Humanos (*DH*), Sociedade (*SO*) e de Responsabilidade pelo Produto (*RP*).

O quadro seguinte apresenta o número de indicadores essenciais e complementares que são citados nas diretrizes GRI para relatórios de sustentabilidade:

Quadro 4 - Quantidade de Indicadores Essenciais e Complementares

INDICADORES	DE	DA	PL	DH	SO	RP
Essenciais	7	17	9	6	6	4
Complementares	2	13	5	3	2	5
TOTAL	9	30	14	9	8	9

Fonte: Elaborado pelos próprios autores.

Na análise dos indicadores, a informação divulgada foi classificada como: quantitativa e/ou qualitativa. Considerou-se informação quantitativa quando era divulgada informação passível de ser medida (euros, litros, quilos, etc.), e informação qualitativa quando apenas se descrevia a informação relevante para o indicador, sem que fosse feita referência a dados suscetíveis de serem medidos.

Foi ainda feita uma classificação à divulgação de informação de sustentabilidade, como: Total, Parcial, ou não Aplicável (Quadro 5). Os critérios utilizados foram: para a classificação “Total”, a empresa divulgava toda a informação considerada essencial para o indicador em questão, “Parcial” quando a empresa apenas divulgava parte dessa informação e “Não aplicável” quando o indicador a divulgar não se aplicava à atividade da empresa. Esta classificação foi efetuada para 12 relatórios. Não foi considerada a totalidade da amostra (30 relatórios) por ser uma análise de difícil comparação, pois embora o nosso universo da amostra seja composto apenas por empresas do setor da construção civil, a necessidade de divulgação altera em função do nicho de mercado e localização geográfica em que a empresa opere. Em suma efetuou-se esta análise a duas empresas portuguesas: Somague, SGPS e Grupo Soares da Costa, SGPS nos três anos de análise, 2009 a 2011 correspondendo à análise de seis relatórios, e a duas empresas espanholas também nos três anos de análise: Grupo Tragsa e Acciona, S.A, correspondendo à análise também de seis relatórios.

Quadro 5 - Classificação e Critérios utilizados na análise de conteúdo

Classificação	Critério
Total	Divulga toda a informação
Parcial	Divulga apenas parcialmente a informação
1	Divulga
0	Não divulga
NA	Não Aplicável

Fonte: Elaborado pelos próprios autores.

Esta classificação e critérios utilizados poderão ser encontrados em outros estudos, como por exemplo: Dias (2009); Pinheiro *et al.* (2013).

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

4.1 PRÁTICAS DE DIVULGAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE

Após análise dos relatórios e contas e relatórios de sustentabilidade foi possível alcançar vários resultados descritos neste capítulo.

A percentagem de divulgação de indicadores neste setor de atividade é muito elevada, conforme apresentado nas figuras 1 e 2, este resultado não foi inesperado, em virtude de as empresas incluídas na amostra obterem todas por parte da GRI classificação (maioritariamente) de nível A+. Esta classificação exige resposta a todos os indicadores de desempenho, a resposta a todos os critérios do perfil do relatório e verificação externa por forma a garantir a fiabilidade da informação divulgada.

Existe uma preocupação quanto à garantia de fiabilidade da informação prestada, nesse sentido as empresas recorrem a entidades externas para verificarem os seus relatórios. Os auditores das empresas da amostra são as empresas Deloitte e KPMG, empresas de grande dimensão a nível nacional e internacional.

De realçar que das sete empresas espanholas analisadas, apenas uma não recorre a verificação externa, e nas três empresas portuguesas da amostra, duas não recorrem a verificação externa conforme se pode verificar no quadro seguinte.

Quadro 6 - Verificação externa de relatórios de sustentabilidade

PAÍS	EMPRESA	VERIFICAÇÃO EXTERNA
ES	Acciona	KPMG
ES	ADIF	KPMG
ES	Fomento de Construcciones Y Contratas (FCC)	KPMG
ES	Grupo ACS	KPMG
PT	Grupo Soares da Costa (SGPS)	Deloitte
ES	Grupo TRAGSA	Deloitte
ES	Javierre S.L.	N.A.
PT	Mota-Engil SGPS	N.A.
ES	OHL Group	Deloitte
PT	SOMAGUE Engenharia	N.A.

Legenda: ES (Espanha), PT (Portugal)

Fonte: Elaborado pelos próprios autores.

É de realçar que no ano de 2009, 100% das empresas apresentavam relatórios autónomos, no ano de 2010 baixou para 60%, sendo que as restantes 40% apresentavam o seu relatório de sustentabilidade integrado no relatório anual. De notar que em Portugal no ano de 2010 e 2011, a percentagem de empresas que apresentavam o relatório de sustentabilidade incorporado no relatório anual era de 66,6% (Quadro7).

Quadro 7 - Detalhe das empresas da amostra (análise de conteúdo)

Nome	País	Integrado?			Tipo			Nível Aplicação		
		2009	2010	2011	2009	2010	2011	2009	2010	2011
Acciona	Espanha	Não	Não	Não	GRI - G3	GRI - G3	GRI - G3	A+	A+	A+
ADIF	Espanha	Não	Sim	Sim	GRI - G3	GRI - G3.1	GRI - G3.1	A+	A+	A+
Fomento de Construcciones Y Contratas (FCC)	Espanha	Não	Não	Não	GRI - G3	GRI - G3	GRI - G3	A+	A+	A+
Grupo ACS	Espanha	Não	Sim	Sim	GRI - G3	GRI - G3	GRI - G3	A+	A+	A+
Grupo Soares da Costa (SGPS)	Portugal	Não	Não	Não	GRI - G3	GRI - G3	GRI - G3	A+	A+	A+
Grupo TRAGSA	Espanha	Não	Não	Não	GRI - G3	GRI - G3	GRI - G3	A+	A+	A+
Javierre S.L.	Espanha	Não	Não	Não	GRI - G3	GRI - G3	GRI - G3	A	A	A
Mota-Engil SGPS	Portugal	Não	Sim	Sim	GRI - G3	GRI - Referenced	GRI - Referenced	C		
OHL Group	Espanha	Não	Não	Não	GRI - G3	GRI - G3	GRI - G3	A+	A+	A+
SOMAGUE Engenharia	Portugal	Não	Sim	Sim	GRI - G3	GRI - G3	GRI - G3	A	A	A

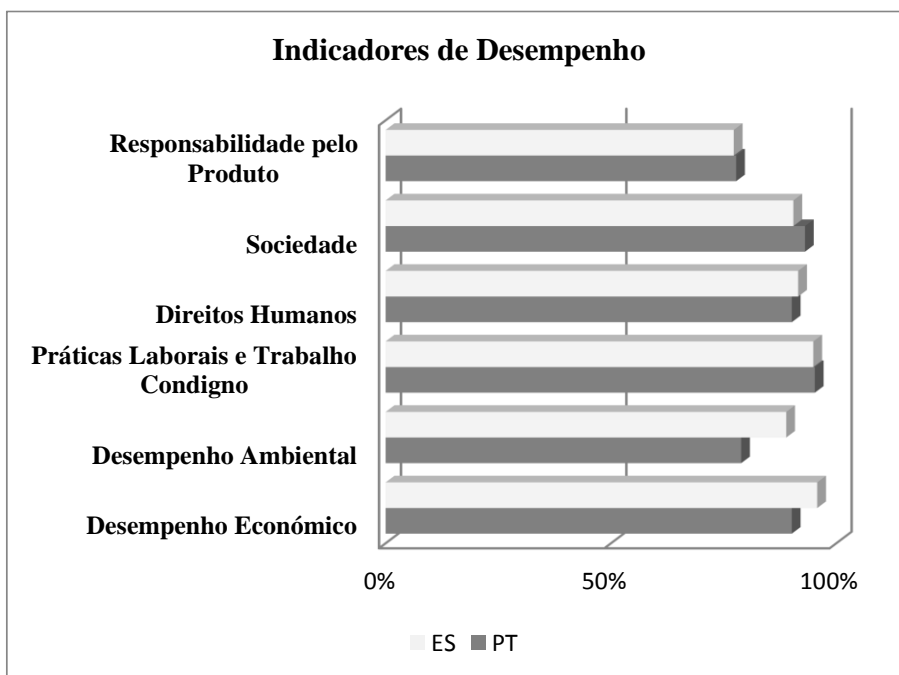
Fonte: Elaborado pelos próprios autores.

As categorias: “Estratégia e Análise”, “Perfil Organizacional”, “Parâmetros para o Relatório”, “Governança, Compromissos e Envolvimento” (Quadro 3), estavam presentes em todos os relatórios. Verificou-se que, embora todos os relatórios incluam a declaração do presidente ou da pessoa com maior poder de decisão, em muitas empresas esta era claramente muito extensa não se focando no essencial e muitas vezes vaga em relação à divulgação essencial. Tivemos ainda dificuldade em particular ao analisar-se os relatórios de sustentabilidade dos anos de 2010 e 2011 da empresa Mota-Engil, SGPS, uma vez que nestes anos a empresa optou por integrar esta divulgação no seu relatório anual e pela dificuldade acrescida da empresa optar por seguir uma estrutura própria de divulgação.

Verificou-se que os Relatórios de Sustentabilidade, ao longo dos anos em análise se, tornaram mais apelativos, devido à política de imagem que lhe está associada, e à sua junção ao relatório anual. A opção pela inclusão no relatório anual, segundo as próprias empresas prende-se com a necessidade de apresentarem aos seus *stakeholders* um relatório único, que incluía as várias vertentes: económica, ambiental e social.

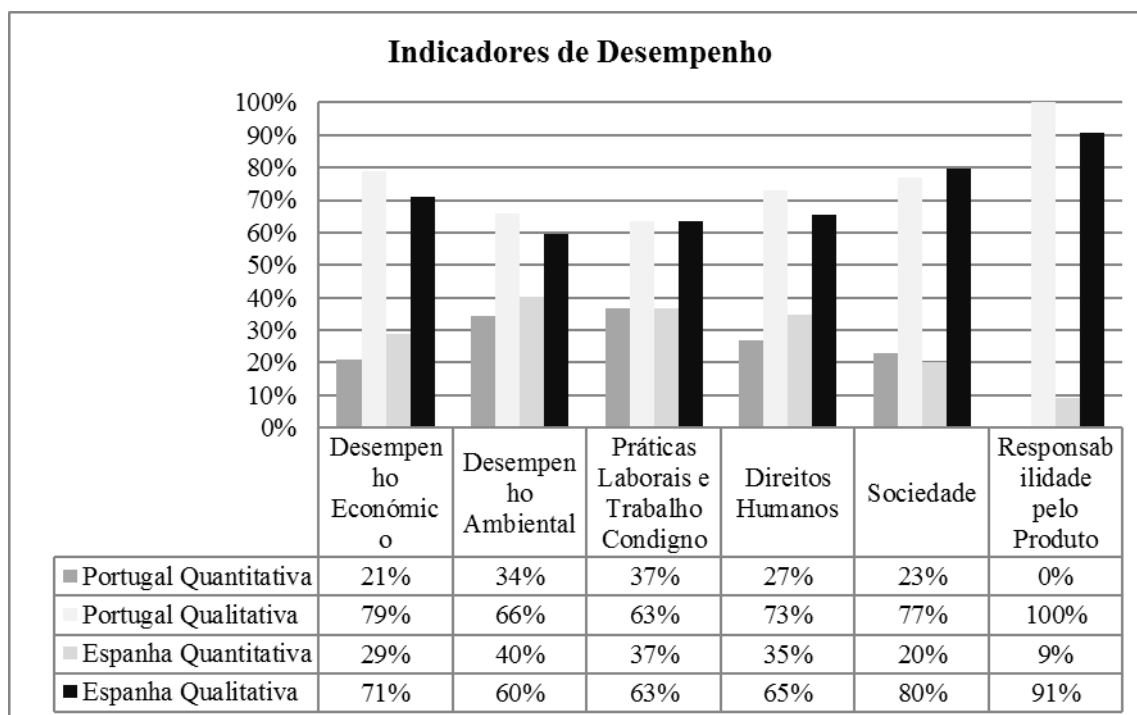
Na análise ao Gráfico 1, verifica-se que todas as empresas independentemente do país apresentaram qualidade de informação (divulgação da quase totalidade dos indicadores). A divulgação em % dos indicadores de desempenho, conforme é visível é bastante similar, não se encontrando grandes assimetrias na divulgação.

As empresas portuguesas em comparação com as empresas espanholas apenas apresentam uma pior performance na divulgação de indicadores de desempenho económico e ambiental sendo que neste último verifica-se uma diferença percentual de 10%.

Gráfico 1 - Análise de Divulgação de Indicadores de Desempenho

Fonte: Elaborado pelos próprios autores.

De realçar que a divulgação destes indicadores tem maioritariamente carácter qualitativo, conforme representando no Gráfico 2, verificando-se assimetria nos dois países em estudo, uma vez que tanto Portugal como Espanha dão primazia a divulgação de informação de natureza qualitativa. Esta conclusão vai ao encontro dos resultados apresentados em outros estudos, como por exemplo Dias (2009).

Gráfico 2 – Indicadores de Desempenho por tipo de Divulgação

Fonte: Elaborado pelos próprios autores.

Fomos ainda perceber, pela análise de duas empresas portuguesas: Somague SGPS e Grupo Soares da Costa (Quadro 8) e de duas empresas espanholas: Grupo Tragsa e Acciona, S.A (Quadro 9), se divulgavam toda a informação referenciada na G3 – Diretrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade da GRI. Conclui-se que todas as empresas divulgam a quase totalidade dos indicadores, existindo divergências entre elas ao comparar o tipo de informação que divulgam e se cumprem todas as referências de divulgação para cada um dos indicadores.

Das empresas que utilizámos na amostra, a empresa Somague, SGPS, é a única empresa com classificação A e não A+ segundo a GRI, isto é, a única empresa que não apresenta verificação externa aos seus relatórios de sustentabilidade.

Quadro 8 - Classificação da Divulgação de Indicadores – Empresas Portuguesas
(informação agregada dos 3 anos de análise)

Indicadores de Desempenho	Somague, SGPS			Grupo Soares da Costa, SGPS		
	Total	Parcial	Não Aplic.	Total	Parcial	Não Aplic.
Indicadores de Desempenho	21	4	2	24	3	0
Económico: EC1 a EC9						
Indicadores de Desempenho Ambiental: EN1 a EN30	66	10	14	79	2	9
Indicadores Sociais, divididos em:						
Práticas Laborais e Trabalho Condigno: LA1 a LA 14	42	0	0	42	0	0
Direitos Humanos: HR1 a HR9	18	9	0	21	0	6
Sociedade: SO1 a SO8	17	2	5	24	0	0
Responsabilidade pelo Produto: PR1 a PR9	12	3	12	21	0	6

Fonte: Elaborado pelos próprios autores.

Quadro 9 - Classificação da Divulgação de Indicadores – Empresas Espanholas
(informação agregada dos 3 anos de análise)

Indicadores de Desempenho	Grupo Tragsa			Acciona, S.A		
	Total	Parcial	Não Aplic.	Total	Parcial	Não Aplic.
Indicadores de Desempenho Económico: EC1 a EC9	27	0	0	27	0	0
Indicadores de Desempenho Ambiental: EN1 a EN30	65	23	2	81	0	9
Indicadores Sociais, divididos em:						
Práticas Laborais e Trabalho Condigno: LA1 a LA 14	40	2	0	42	0	0
Direitos Humanos: HR1 a HR9	27	0	0	21	0	6
Sociedade: SO1 a SO8	20	4	0	18	0	6
Responsabilidade pelo Produto: PR1 a PR9	27	0	0	21	0	6

Fonte: Elaborado pelos próprios autores.

Na classificação como não aplicável poderão estar pelo menos dois motivos subjacentes, como sejam: o indicador não é aplicável à empresa ou a empresa não dispõe de informação para cumprir o requisito de divulgação (Quadro 10).

O Indicador de DA no seu aspecto de Emissões, Efluentes e Resíduos (EN 25) não foi divulgado por três das empresas em análise. A empresa Somague não divulga por considerar o indicador não material, em virtude de ter medidas na empresa que minimizam os danos causados por efluentes líquidos sobre os recursos hídricos e respetivos habitats; o Grupo Tragsa considera este indicador como não material, e divulga no seu relatório os procedimentos e políticas implementadas pela empresa para minimizar este impacto ambiental, e por último a empresa Acciona não divulga este indicador nos anos de 2009 e

2010, sendo que no ano de 2011, embora considere o indicador como não material, faz referência às políticas da empresa de minimização dos impactos ambientais.

Pela análise comparativa verificamos, que existe mais um indicador que não é divulgado por três das empresas, referente à responsabilidade pelo produto, relativo ao aspecto de Comunicação e Marketing (PR7). Constatamos que os motivos da “não-divulgação” são: a empresa Somague não divulga por considerar o indicador não material devido à escassa atividade de marketing que a empresa desenvolve; a empresa Acciona não divulga o motivo para a não-inclusão no relatório deste indicador e o Grupo Soares da Costa considera apenas o indicador não aplicável para a sua atividade. Nos restantes indicadores não divulgados não foi possível identificar um padrão comum pois estes divergem nas diversas empresas, no entanto a análise conjugada dos quadros 8, 9 e 10 permite-nos concluir que as empresas divulgam a maioria dos indicadores, e que o motivo para a não-divulgação de alguns indicadores, prende-se com a não-materialidade ou não aplicabilidade à atividade desenvolvida pela empresa.

Quadro 10 - Indicadores considerados não aplicáveis nas empresas

Indicadores	Somague, SGPS	Grupo Soares da Costa, SGPS	Grupo Tragsa	Acciona, S.A.
Indicadores de Desempenho Económico				
Aspecto: Desempenho Económico (EC3)	X			
Indicadores de Desempenho Ambiental				
Aspecto: Biodiversidade EN13				X
Aspecto: Biodiversidade EN15	X			X
Aspecto: Emissões, Efluentes e Resíduos EN19	X	X		
Aspecto: Emissões, Efluentes e Resíduos EN20	X			
Aspecto: Emissões, Efluentes e Resíduos EN24	X			X
Aspecto: Emissões, Efluentes e Resíduos EN25	X		X	X
Aspecto: Produtos e Serviços (EN 27)		X		
Indicadores de Desempenho referente aos Direitos Humanos				
Aspecto: Práticas de Segurança (HR 8)		X		X
Aspecto: Direitos e Povos Indígenas (HR9)		X		X
Indicadores de Desempenho referente á Sociedade				
Aspecto: Políticas Públicas (SO6)	X			X
Aspecto: Concorrência Desleal (SO7)	X			X
Indicadores de Desempenho - responsabilidade pelo Produto				
Aspecto: Rotulagem de Produtos e Serviços PR3	X			
Aspecto: Rotulagem de Produtos e Serviços PR4	X			
Aspecto: Comunicação de Marketing PR6	X	X		
Aspecto: Comunicação de Marketing PR7	X	X		X

Fonte: Elaborado pelos próprios autores.

5 CONCLUSÕES

Este estudo permite demonstrar que um número significativo de empresas no setor da construção civil, tanto espanholas como as portuguesas divulgam relatórios de sustentabilidade, sendo a percentagem de divulgação de indicadores de desempenho todos

assentes no modelo da GRI (modelo mais seguido internacionalmente) de 89%. Este resultado não foi inesperado, uma vez que as empresas incluídas na amostra obtiveram classificação (maioritariamente) de nível A+, por parte da GRI.

Concluiu-se que a informação apresentada é maioritariamente de carácter qualitativa, mesmo para indicadores de natureza maioritariamente quantitativa, o que poderá indiciar uma estratégia de “marketing” na divulgação dos relatórios de sustentabilidade.

Existe uma preocupação quanto à garantia de fiabilidade da informação prestada, nesse sentido as empresas recorrem a entidades externas para auditarem os seus relatórios. Os auditores das empresas da amostra são as empresas Deloitte e KPMG, empresas de grande dimensão a nível nacional e internacional. Em 2009 todas as empresas da amostra apresentavam relatório autónomo, no entanto em 2011 (25%) optaram por integrar o relatório de sustentabilidade no seu relatório e contas.

As empresas portuguesas em comparação com as empresas espanholas apenas apresentam uma pior performance na divulgação de indicadores de desempenho económicos e ambientais sendo que neste último verifica-se uma diferença percentual de 10%.

As categorias: “Estratégia e Análise”, “Perfil Organizacional”, “Parâmetros para o Relatório”, “Governança, Compromissos e Envolvimento” estavam presentes em todos os relatórios.

Algumas limitações podem ser apontadas a este estudo, nomeadamente: a amostra limitada ao grupo de empresas constantes da base de dados da GRI e de apenas um setor de atividade; e a subjetividade atribuída à técnica de análise de conteúdo, utilizada para avaliar as informações dos relatórios, pois fica dependente da interpretação do autor.

Por fim, reconhece-se necessidade de maior investigação na área de contabilidade e divulgação de indicadores sustentáveis. Como investigação futura sugere-se a utilização de uma amostra maior e um possível estudo de caso a uma empresa do setor no sentido de se obter evidências, da perceção “interna” relativamente à divulgação destas matérias.

REFERÊNCIAS

BEBBINGTON, J. Sustainable development: a review of the international development, business and accounting literature. **Accounting Forum**, Vol. 25, Issue 2, pp. 128-157, 2001.

BRANCO, M.; DELGADO, C.; GOMES, S.; EUGÉNIO, T. Factors influencing the assurance of sustainability reports in the context of economic crisis in Portugal. **Managerial Auditing Journal**, Vol. 29, Issue 3, pp. 237 – 252, 2014.

BRANCO, M. & RODRIGUES, L. Factors Influencing Social Responsibility Disclosure by Portuguese Companies. **Journal of Business Ethics**, Vol. 83, Issue 4, pp. 685 – 701, 2008.

BROWN, H., DE JONG, M., & LESSIDRENSKA, T. The rise of the Global Reporting Initiative: a case of institutional entrepreneurship. **Environmental Politics**, Vol. 18, Issue 2, pp. 182-200, 2009.

CAMPBELL, D. A longitudinal and cross-sectional analysis of environmental disclosure in UK companies: a research note. **The British Accounting Review**, Vol. 36, Issue 1, pp. 107-117, 2004.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). Nosso futuro comum. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1988.

CONCEIÇÃO, S., DOURADO, G., & SILVA, S. Global Reporting Initiative (GRI): Um estudo Exploratório da Prática de Evidência em Sustentabilidade Empresarial na América Latina. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, Vol. 2, Issue 3, pp. 17-38, 2012.

DEEGAN, C. The Legitimising effect of social and environmental disclosures: a theoretical foundation. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, Vol. 15, Issue 3, pp. 282–311, 2002.

DIAS, A. **O Relato da Sustentabilidade Empresarial: práticas em Portugal**. Tese (Mestrado) – Curso de Contabilidade e Auditoria – Universidade Aberta, Portugal, 2009.

EUGÉNIO, T. **Contabilidade Ambiental**. Lisboa: Editora Verlag Dashofer, 2011.

EUGÉNIO, T. & GOMES, S. Verificação aos Relatórios de Sustentabilidade: Um desafio para os Revisores Oficiais de Contas. **Revisores e Auditores**, Abril a Junho 2013, pp. 37-44, 2013.

EUGÉNIO, T., LOURENÇO, I., & MORAIS, A. Sustainability strategies of the company TimorL: extending the applicability of legitimacy theory. **Management of Environmental Quality**, Vol.24, Issue 5, pp. 570-582, 2013.

GUTHRIE, J., PETTY, R., YONGVANICH, K., & RICCERI, F. Using content analysis as a research method to inquire into intellectual capital reporting. **Journal of Intellectual Capital**, Vol.5, Issue 2, pp. 282-293, 2004.

GRAY R. Current developments and trends in social and environmental auditing, reporting and attestation: A review and comment. **International Journal of Auditing**, Vol. 4, Issue 3, pp. 247–268, 2000.

GRAY R., BEBBINGTON J., & COLLISON, D. NGOs, civil society and accountability: making the people accountable to capital. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, Vol. 19, Issue 3, pp. 319–348, 2006.

GRI. **Directrizes para a elaboração dos Relatórios de Sustentabilidade: Versão Portuguesa**. Portugal, 2006. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/resource/library/Portuguese-G3-Reporting-Guidelines.pdf>. Acesso em 07 de Janeiro de 2013.

GRI. **GRI Sustainability Reporting Statistics**. Global Reporting Initiative, 2011. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/resource/library/GRI-Reporting-Trends-2011.pdf>. Acesso em 07 de Janeiro de 2013.

JIMÉNEZ I., CHULIÁN, M., CARQUÉS, F., & GONZÁLEZ, C. Compliance with Mandatory Environmental Reporting in Financial Statements: The Case of Spain (2001–2003). **Journal of Business Ethics**, Vol. 79, Issue 3, pp. 245-262, 2008.

KPMG. **Estudo da KPMG sobre a publicação de relatórios de sustentabilidade em Portugal**. Portugal, 2006. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/215555776/Relatorios-Sustentabilidade-Portugal-KPMG-2006>. Acesso em 07 de Janeiro de 2013.

KPMG. **Riscos e Oportunidades do Desenvolvimento Sustentável**: Estudo realizado às empresas cotadas em Portugal. Portugal, 2008. Disponível em: >http://www.kpmg.com/pt/pt/issuesandinsights/articlespublications/paginas/003_kpmg-euronext2010.aspx>. Acesso em 07 de Janeiro de 2013.

KPMG. **Riscos e Oportunidades do Desenvolvimento Sustentável**: Evolução 2008-2010. Portugal, 2010. Disponível em: <http://foreigners.textovirtual.com/apef/451/Estudo%20KPMG%20Euronext_Final%202011.pdf?1322130380>. Acesso em 07 de Janeiro de 2013.

LIVRO VERDE. **Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas**. Bruxelas: Comissão das Comunidades Europeias, 2001. Disponível em: <http://molar.crb.ucp.pt/cursos/2%C2%BA%20Ciclo%20-%20Mestrados/Gest%C3%A3o/2011-13/EERS_1113/Terceira%20e%20Quarta%20Sess%C3%B5es/Livro%20verde-promover%20um%20quadro%20europeu%20de%20RSE.pdf>. Acesso em 07 de Janeiro de 2013.

MANETTI, G. & BECATTI, L. Assurance Services for Sustainability Reports: Standards and Empirical Evidence. **Journal of Business Ethics**, Vol. 87, Issue 1, pp. 289-298, 2008.

NEU, D., WARSAME, H., & PEDWELL, K. Managing public impressions: environmental disclosures in annual reports. **Accounting, Organizations & Society**, Vol. 23, Issue 3, pp. 265–282, 1998.

PATTEN, D. & CRAMPTON W. Legitimacy and the Internet: An Examination of Corporate Web Page Environmental Disclosures. **Advances in Environmental Accounting & Management**, Vol. 2, pp. 31–57, 2004.

PINHEIRO, P., CARVALHO, F., DIAS, A., & CANILHO M. A Divulgação Ambiental de Acordo com a Estrutura da Global Reporting Initiative nas Empresas cotadas no PSI20 e no IBEX35 nos períodos 2010 e 2011. **XIV Congresso internacional de contabilidade e auditoria**, 2013.

SUSTENTARE. **Sustentabilidade para principiantes**. Portugal, Research, nº 1, Novembro, 2008. Disponível em: <http://www.sustentare.pt/pdf/Research1%20-%20Sustentabilidade-Principiantes.pdf>. Acesso em 07 de Janeiro de 2013.

SUCHMAN, M. Managing Legitimacy: Strategic and Institutional Approaches. **Academy of Management Journal**, Vol. 20, Issue 3, pp. 571-610, 1995.